

## A PRESERVAÇÃO DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO NÚCLEO DE MEMÓRIA ENG. FRANCISCO MARTINS BASTOS - NUME

Andrea Gonçalves dos Santos

[andreasantos@furg.br](mailto:andreasantos@furg.br)

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Janine Sayão Tremper Magroski

[janinemagroski@yahoo.com.br](mailto:janinemagroski@yahoo.com.br)

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Luciana Oliveira da Silva

[lulluguita@gmail.com](mailto:lulluguita@gmail.com)

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Rosane Gondran das Neves

[rosane.gn@gmail.com](mailto:rosane.gn@gmail.com)

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Tatiane Vedoin Viero

[tatianeviero@furg.br](mailto:tatianeviero@furg.br)

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

A diversificação de fontes de informação, que modificou e dinamizou o conceito de documento, provoca a busca constante pela preservação da memória da comunidade, localizada em centros de documentação, museus, bibliotecas e arquivos. Este trabalho visa preservar o acervo fotográfico do Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos, destacando a importância dos documentos fotográficos como elemento de registro, preservação e difusão da memória da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Especificamente visa identificar as características e condições originais de conservação e guarda do acervo, através da realização de um diagnóstico; estabelecer procedimentos de higienização do acervo fotográfico; propor um método de classificação de acordo com a metodologia arquivística; e, estabelecer políticas de conservação do acervo. Para a realização deste trabalho, primeiramente, está sendo realizado um diagnóstico para a determinação das características e quantidade da documentação a ser organizada e o mapeamento dos problemas relativos ao seu estado de conservação, material necessário e a estimativa de custos. Num segundo momento, será definido o perfil do usuário para o qual está sendo organizado o acervo, pois influenciará diretamente nas decisões quanto à ordenação, aos tipos de instrumentos de pesquisa e às formas de acesso à documentação. Até o momento foram contabilizadas mais de quinze mil e trezentas fotografias, com medidas que variam do 8x14 ao 20x25, retratando personalidades, fatos e acontecimentos da história da instituição.

**Palavras-chave:** Fotografia, FURG, NUME, Preservação.

### 1 APRESENTAÇÃO

O primeiro processo fotográfico utilizado foi em 1826 e consistiu-se na aplicação de betume de Judéia, que tinha a propriedade de se endurecer quando atingido pela luz, numa placa de estanho. Após a exposição, de aproximadamente oito horas, na

câmara escura, as partes não afetadas foram removidas com uma solução de essência de alfazema. Desta forma, Nicéphore Niépce obteve a primeira imagem, do quintal de sua casa.

A fotografia não é só o resultado físico-químico, onde as reações foto sensíveis registram aparências visíveis geradas pela ação dos raios de luz, também possui um halo de magia, possibilita o registro de eventos únicos. A fotografia está inserida em um determinado momento histórico e relacionada com discursos que preconizam os benefícios que podem brindar o uso da câmara fotográfica. Implica mais que a produção de uma imagem, ou seja, a recepção e a contemplação da imagem (ARIAS e SANTOS, 2008).

Assim, as fontes de pesquisa estão associadas à origem, à procedência, a fonte de consulta que fornece informações como testemunho direto dos fatos (correspondências, registros públicos ou privados, periódicos, etc.). No trabalho com fontes de pesquisa (tanto documentais como iconográficas), a arquivística oferece instrumentos que mostram as informações e documentos do acervo de forma ordenada. É o caso das guias, dos catálogos e dos inventários, onde o material (documentos, fotografias, publicações, etc.) que compõe o acervo é fonte de consulta.

O conhecimento prévio das fontes e a localização do material de interesse proporcionam um encontro satisfatório entre pesquisador e documento, através dos instrumentos de pesquisa. Para isso, qualquer que seja a orientação do trabalho histórico, o pesquisador necessita que o material seja colocado ao seu alcance. Cabendo assim ao elaborador da descrição apreender, identificar, condensar e, sem distorções, apresentar todas as possibilidades de uso e aplicação da documentação por ele escrita.

## **1.1 Justificativa**

Bellotto (2004) afirma que a existência do arquivo justifica-se pelo seu sentido patrimonial e testemunhal. A preservação dos conjuntos orgânicos de informações serve como forma de transmissão cultural, visando à reconstituição da identidade de um grupo social e como forma de assegurar aos pesquisadores os testemunhos de cada geração. O pesquisador não analisa o documento pelo documento; antes, utiliza-o como ponte para o passado, através de um processo decisivo pelo qual se cumpre o essencial da elaboração do conhecimento histórico.

Na pesquisa documental também é relevante considerar o estado de conservação do material. As condições de guarda e de acesso que colaboram no trabalho de coleta e organização de fontes, complementadas com a descrição dos documentos. Para isto, o pesquisador procura e obtém informações consultando diferentes fontes, em diversos suportes, sejam gráficos, iconográficos, sonoros ou micrográficos, nas instituições que as armazenam. Este é o caso da fotografia, que desde seu surgimento e ao longo da sua trajetória, junto com as demais fontes de informação histórica, podem ser aceitas como espelhos fiéis dos acontecimentos. Assim, Sontag (1981, p. 149) explica que a “fotografia não retrata apenas determinado tema, é também uma homenagem a ele. É parte do tema e um prolongamento dele; como também um meio potente de possuí-lo e controlá-lo”.

Segundo Kossoy (2002) toda fotografia é um resíduo do passado, uma fonte histórica aberta a múltiplas significações, um artefato que contém um registro visual. Apesar do amplo potencial de informação contido na imagem, ela não substitui a realidade tal como aconteceu no passado. Traz informações visuais de um fragmento do real registrado fotograficamente. Desta forma, apesar de ser a fotografia a própria “memória cristalizada”, sua objetividade reside apenas nas aparências. Isto se deve a que essas imagens pouco ou nada informam ou emocionam àqueles que nada sabem do contexto histórico particular em que tais documentos se originaram.

Se por um lado, oferece indícios (quanto ao assunto, ao fotógrafo ou a tecnologia utilizada) que lhe deu origem, por outro lado reúne múltiplas informações acerca de um fragmento de espaço/tempo retratado. O conjunto de matéria (corpo) e expressão (registro visual nele contido) constitui uma fonte histórica. Os registros que foram produzidos com uma finalidade documental “representarão sempre um meio de informação, um meio de conhecimento, e conterão sempre seu valor documental, iconográfico” (KOSSOY, 2002, p. 48). Tanto para o historiador da fotografia, como para os demais historiadores, cientistas sociais e outros estudiosos.

Desta forma, os arquivos sempre tiveram um lugar de destaque como fonte primária, tanto no âmbito da historiografia brasileira como estrangeira, oferecendo diversos serviços através dos diferentes profissionais que trabalham neles. Isto colabora com a crescente comunidade acadêmica e científica, conseqüentemente, com sua produção intelectual. Mendes ([s/d] apud KOSSOY, 2002, p. 31) demonstra-o através de um levantamento em dissertações e teses com interesse nas fontes fotográficas, nas suas diversas áreas de aplicação. Constatou-se que na década de 1970 eram quatro

trabalhos sobre o assunto. Já na década de 1980, a quantidade aumentou para doze pesquisas e na década de 1990, foram 73, que tratavam do assunto.

Devido ao interesse crescente que este tipo de documentação tem despertado, as instituições cada vez mais devem aprofundar-se no tratamento, conservação e acesso dos seus acervos fotográficos. Desta forma, as instituições que guardam acervos fotográficos devem perceber que

“à medida que esta se distancia da época em que foi produzida, mais difíceis as possibilidades de suas informações visuais serem resgatadas, e portanto, menos úteis serão ao conhecimento, justamente por não terem sido estudadas convenientemente desde o momento em que passaram a integrar as coleções” (KOSSOY, 2002, p. 29).

O arquivista é um gestor da informação, que organiza, conserva, disponibiliza, difunde, recupera e dá acesso às informações contidas no acervo por ele custodiado. Assim, surgiu a necessidade do tratamento dado à documentação iconográfica do Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos - NUME, como forma de satisfazer as necessidades informacionais dos seus usuários.

## **2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG**

Em 1953 foi instituída a Fundação Cidade do Rio Grande, visando dinamizar o projeto de criação da primeira instituição de ensino superior da cidade, a Escola de Engenharia do Rio Grande devido ao elevado número de profissionais na área e pelo parque industrial que existia na época. A Escola teve seu funcionamento autorizado, reconhecido e federalizado, até o ano de 1961. Isto ocasionou a aquisição e construção do prédio próprio para esta escola, no local onde atualmente está instalado o Campus Cidade e o surgimento de outras unidades de ensino superior.

Foi criada pelo Decreto nº 774, de 20 de agosto de 1969, a Fundação Universidade do Rio Grande – FURG, como uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mantenedora da Universidade do Rio Grande – URG. Na década de 1970, com a criação dos cursos de Oceanologia, Medicina e Engenharia Civil, também sua estrutura organizacional foi modificada. Desta forma, passam a existir cinco centros: Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Centro de Letras e Artes, Centro de Ciências do Mar e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. No final da década, a Universidade passa por uma nova

reestruturação que provoca a extinção dos centros e a criação de departamentos ligados diretamente à Sub-Reitoria de Ensino e Pesquisa. Sendo criado também os cursos de Engenharia de Alimentos e o Mestrado em Oceanografia Biológica, primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* da instituição.

Na década de 1980, foram implantados os cursos na cidade de Santa Vitória do Palmar, é inaugurada a Rádio Universidade do Rio Grande (a FM Educativa) e a Universidade foi reconhecida como Fundação Pública, tendo seu funcionamento custeado por recursos da União Federal. Na década seguinte, foram concluídas as obras referentes à construção de salas de aula no Campus Carreiros e de diversos departamentos: Física, Matemática, Letras e Artes, Matemática, Biologia, Química Engenharia Civil e Engenharia Mecânica. Dentre outras mudanças, foi instalada a UTI Pediátrica e a UTI Cirúrgica do Hospital Universitário, criado o Ambulatório Geral (localizado na periferia da cidade em convênio ao Hospital Espírita Guaíba Rache) e implementado o Curso de Doutorado em Oceanografia Biológica (primeiro curso de doutorado da instituição).

Em 1997, a Universidade novamente foi reestruturada, com a criação das Pró-Reitorias de: Graduação (PROGRAD), Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE), Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), de Administração (PROAD) e, de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN). A instituição aprovou seu novo estatuto e passa a denominar-se Fundação Universidade Federal do Rio Grande, através da Portaria nº. 783/99 do Ministério da Educação e Cultura, criam-se novos cursos de graduação e novos programas de mestrado e doutorado, também passaram a ser oferecidos cursos na modalidade de “ensino a distancia”.

A Portaria nº 1469, de 13 de agosto de 2008, reestrutura novamente a Universidade, criando 13 Unidades Acadêmicas: a Escola de Química e Alimentos; o Instituto de Letras e Artes; o Instituto de Oceanografia; o Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis; o Instituto de Educação; o Instituto de Ciências Biológicas; o Instituto de Ciências Humanas e da Informação; o Instituto de Matemática, Estatística e Física; a Escola de Engenharia; a Faculdade de Medicina; o Centro de Ciências Computacionais; a Escola de Enfermagem e a Faculdade de Direito.

A organização da Reitoria também foi modificada a partir da promulgação da Resolução nº 35 do Conselho Universitário, e passou a ser constituída pelas Pró-Reitorias de: Graduação (PROGRAD); Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP); Extensão e Cultura (PROEXC); Assuntos Estudantis (PRAE); Infra-estrutura

(PROINFRA); Planejamento e Administração (PROPLAD) e de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEP).

### **1.1 Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos – NUME**

O Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos surgiu como projeto de extensão denominado “Núcleo de Memória da URG”, sob a responsabilidade das professoras Nilza Fontoura e Lília Maria B. Hartmann. O objetivo do projeto foi de resgatar a memória da Universidade, por ocasião da passagem dos seus 25 anos de fundação, e o período de execução previsto, de janeiro a junho de 1994. Na ocasião, foi instituída a “Comissão Coordenadora das Festividades Alusivas ao 25º Aniversário da Universidade do Rio Grande”, ligada ao Gabinete do Reitor. Em 20 de agosto de 1994, o NUME recebeu a denominação de Núcleo de Memória “Eng. Francisco Martins Bastos”. Após o 25º Aniversário da FURG, as atividades do Núcleo de Memória “Eng. Francisco Martins Bastos” foram descontinuadas até 1999.

Em 1999, o Núcleo de Memória foi reativado por iniciativa da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE), por meio da comissão criada para coordenar as comemorações dos 30 anos da Universidade, que constituiu a "Subcomissão do Núcleo de Memória", através da portaria nº 171 de 06/05/99. Desde então, o Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos consolidou-se como atividade permanente, promovendo a integração entre servidores ativos e aposentados e estimulando uma política de preservação e de registro do passado, que permaneça como uma referência sobre o cotidiano. Inicialmente, as atividades foram desenvolvidas numa sala emprestada pela Biblioteca do Campus Cidade. Em agosto do mesmo ano, o acervo até então obtido pela "Subcomissão do Núcleo de Memória" foi transferido para a Sala 19 do Campus Cidade, passou-se a utilizar a sigla NUME para identificá-lo (do lat. numen: gênio, influxo divino, inspiração) e ficou instituído como um órgão ligado à PROACE, através da portaria nº 508, de 17/12/99.

Em 7 de janeiro de 2000, foi inaugurado em ato solene, na sala 19 do Campus Cidade, com a participação de numerosos professores e funcionários ativos e aposentados, autoridades universitárias e profissionais da comunidade.

A portaria no 0508/99 que trata da constituição do NUME, foi modificada pelas portarias no 0584/2000 e no 0428/2003, em 27/12/00 e 19/05/03, respectivamente. Estas modificações foram baseadas na avaliação do funcionamento do NUME e na

necessidade de contar com a participação ativa dos membros das comissões para seu adequado funcionamento. Em 20 de agosto de 2001, o NUME inaugurou sua sede definitiva, no local do Campus Cidade onde funcionou a Reitoria desde inícios de 1980 até agosto de 2001.

A partir de sua reativação em 1999, o NUME desenvolveu suas atividades de forma ininterrupta, levando-se em conta três princípios: (1) Resgate da história da FURG; (2) Integração de vários segmentos da FURG neste empreendimento e (3) Contribuição para o desenvolvimento e expansão da Universidade. Para este fim, suas atividades foram estruturadas dentro de três subprogramas: I - Resgate da história da FURG; II - Indexação de material histórico da FURG e III - Divulgação da história da FURG. Realizou-se a catalogação do acervo segundo os seguintes temas guias: Fundação das primeiras faculdades; Contexto histórico da FURG; História da construção e fundação da Universidade até os dias atuais; Gestão das reitorias, História de vida de pessoas que contribuíram para a criação e desenvolvimento da Instituição; Criação de cursos de graduação e pós-graduação; História da extensão e da pesquisa na Instituição; A FURG e a comunidade; A FURG hoje.

## **2 PESQUISA E ICONOGRAFIA**

A história faz-se, sem dúvidas, com documentos escritos. Mas também pode fazer-se com uma variedade de objetos antes ignorados: o amor, a criança, a esperança, o filme, a fotografia... Neste novo contexto, as instituições arquivísticas diversificam suas reservas documentais e contribuindo com a escrita da história. Assim, Miguel (1993) explica que a historiografia relegou a utilização da imagem fotográfica como instrumento de pesquisa até recentemente, deixando de ser utilizada apenas como ilustração de textos, onde se consideravam poses e não fotografias espontâneas.

### **2.1 A pesquisa arquivística e os instrumentos de pesquisa**

Luna (2006) classifica as fontes de informação utilizadas em pesquisa em: observação direta, observação indireta, relato verbal direto e indireto (oral ou escrito) e documento. Assim, a observação direta refere-se ao registro de uma dada situação/fenômeno enquanto ocorre; e a observação indireta, ao uso de indícios ou pistas como informações das quais se deduzem outras informações.

O autor argumenta que os relatos verbais sempre foram fontes controversas de informação, devido ao fato de que eles tenderão sempre a ser um correlato de algum fenômeno. Apesar deste caráter indireto, ainda é possível classificá-los como diretos e indiretos, com base na relação que se pode estabelecer entre a fonte de informação que se espera dela; desta forma, o relato será tanto mais direto quanto menor for a intermediação entre a fonte e a informação que se deseja obter. Como ocorrem em relação às demais fontes, as informações obtidas em documentos podem ser diretas e indiretas denominadas de fontes primárias (diretas) e secundárias (indiretas).

Uma fonte primária é um documento ou qualquer fonte cuja origem remonta à época que se está pesquisando, frequentemente produzida pelas próprias pessoas estudadas. Por sua vez, a fonte secundária consiste em todo trabalho que se baseia em outro, este sendo a fonte original ou primária. Tem como característica o fato de não produzir uma informação original, mas sobre ela trabalhar, procedendo à análise, ampliação, comparação, etc. Compõe-se de elementos derivados das obras originais, refere-se a trabalhos escritos com o objetivo de analisar e interpretar fontes primárias e, normalmente, com o auxílio e consulta de outras obras consideradas, também, fontes secundárias.

Ainda, existe a fonte terciária, ou seja, uma seleção e compilação de fontes primárias (material original sobre alguma informação) e secundárias (comentários, análises e crítica baseados nas fontes primárias). Enquanto a diferenciação entre as fontes primária e secundária é essencial na historiografia, a distinção entre estas e as fontes terciárias é mais superficial. Desta forma, é relevante distinguir a matéria-prima do trabalho dos historiadores (a fonte primária) do produto acabado ou semi-acabado (fonte secundária e fonte terciária). Do mesmo modo, importa notar a diferença entre a fonte e o documento e o estudo das fontes documentais: a sua classificação, prioridade e tipologia (escritas, orais, arqueológicas); seu tratamento (reunião, crítica, contraste), e manter o devido respeito a essas fontes, principalmente com a sua citação.

Bellotto (2004) afirma que através da análise do documento realizada pelo pesquisador, este reflete uma realidade que não é concreta, é um discurso sobre ela. Parte-se da “leitura” da realidade passada, somando a isso a carga de presente sobre si próprio, este presente é resultado de sucessivas realidades que aconteceram desde o momento da produção do documento até a sua chegada às mãos de quem vai analisá-la, usando o instrumental analítico e crítico que lhe fornece sua formação profissional. Assim, a história torna-se inteligível, sem deformações mediante o procedimento



científico, a pesquisa, que rastreia, estuda, analisa, critica e explica as informações obtidas de fontes primárias e secundárias, seguindo uma hipótese de trabalho. Estas fontes são passíveis de consulta através de suportes gráficos, iconográficos, sonoros ou micrográficos, é nas instituições que as armazenam que o pesquisador realiza as etapas de identificação e coleta de dados.

Assim, Castro (2008 p. 8) explica que

“ao consultar um arquivo um pesquisador está lidando com um conjunto de documentos selecionados como relevante por alguém, organizado e preservado segundo determinada lógica, e disponibilizado de acordo com alguns critérios. Só então, esse arquivo torna-se parte de um patrimônio documental de interesse público, passível de ser consultado”.

A descrição é o “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67). Desta forma, a elaboração de instrumentos de pesquisa possibilita a identificação, o rastreamento, a localização, a utilização e a consulta a documentos ou informações neles contida, vitais para o processo historiográfico.

Estes instrumentos empregam-se em arquivos permanentes e são em essência, “obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, os fundos, as séries documentais e/ou as unidades documentais existentes em um arquivo permanente” (BELLOTTO, 2004, p. 180). Podem ser genéricos e globalizantes, como os guias ou detalhados e específicos, tratando de parcelas do acervo, como os inventários, catálogos, catálogos seletivos e índices.

O guia é o instrumento mais abrangente, pois está vazado numa linguagem que pode atingir todos os tipos de consulentes de um arquivo. Bellotto (2004) explica que o guia tem por finalidade contemplar o conjunto dos serviços de arquivo, de modo a permitir ao pesquisador saber quais são os recursos, a natureza e o interesse dos fundos que ele abriga, os instrumentos de pesquisa de que dispõe e as fontes complementares. Além de orientar aos pesquisadores no conhecimento e na utilização do acervo, também serve para divulgar e promover o arquivo junto aos meios escolares, administrativos e culturais em geral.

Desta forma, a autora citada anteriormente explica que dados devem ser abrangidas pelo guia: a localização e funcionamento; as exigências para ingresso; o

encaminhamento do usuário segundo o tipo de pesquisa que se propõe; uma breve organização interna da instituição; seu histórico; sua posição hierárquica governativa; sua jurisdição; suas repartições; sua equipe técnica e científica; informações referente aos fundos; informações referente aos serviços prestados pela instituição; e informações referentes ao conjunto das fontes contidas em seu acervo como potencial de informação histórica.

O inventário descreve conjuntos documentais ou partes do fundo. É um instrumento parcial, trazendo descrição sumária e não analítica. Pode contemplar um fundo inteiro, um só grupo ou alguns deles, uma série ou algumas delas, ou mesmo parte de uma delas. Este instrumento deverá conter: a caracterização diplomática-semântica-jurídica-administrativa do tipo documental ou da função administrativa que originou a produção/recolhimento dos documentos componentes da série descrita; as datas-baliza (a do documento mais antigo a do mais recente da série ou da sua parcela inventariada); as quantidades de documentos ou de unidades de arquivamento; a notação ou cota (conjunto de siglas e números que identificam ou localizam as unidades de arquivamento no acervo); e as observações quanto ao arranjo, se houver.

O catálogo descreve unitariamente as peças documentais de uma série ou mais séries, ou ainda de um conjunto de documentos, respeitada ou não a ordem da classificação. É “organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 45).

Finalmente, os índices apontam nomes, lugares ou assuntos em ordem alfabética e remetendo o leitor às respectivas notações de localização, podendo ser parte complementar de inventários ou catálogos analíticos, ou ter personalidade própria, indexando diretamente os documentos.

## 2.1 Conservação preventiva de acervos fotográficos

Na obra “Preservação de fotografias: métodos básicos para salvaguardar suas coleções” (2001), os autores Mustardo e Kennedy apontam que os fatores que contribuem para a deterioração das fotografias são: as áreas de armazenamento inadequadas, os materiais de acondicionamento de baixa qualidade, a prática de manuseio inapropriadas, a incidência de agentes biológicos e as características intrínsecas de deterioração e de exposição.

Desta forma, é preciso considerar a umidade relativa e temperatura dentro dos locais onde são armazenados os registros fotográficos. Assim, a umidade acima de 60% estimula a germinação de esporos de fungos, inchamento e amolecimento de alguns aglutinantes e inferior a 30%, a deformação física das fotografias. Os autores recomendam um parâmetro moderado (20°C com variação de  $\pm 2^\circ\text{C}$ ) e a umidade relativa entre 35 - 45% com variação de  $\pm 5\%$  em períodos de 24 horas, evitando qualquer tipo de variações cíclicas. A norma ANSI IT9.11.1991 citada por Reilly (2001) indica uma temperatura máxima de 2°C para armazenamento de filmes coloridos a longo prazo.

Dentre os agentes biológicos que podem danificar objetos fotográficos, podemos citar: fungos (que podem causar manchas e deteriorações do suporte), insetos e roedores (que mastigam o suporte fotográfico). A qualidade do ar é outro fator importante, pois os compostos químicos transportados pelo ar (presentes na queima de combustíveis fósseis, óleos e carvão) e suas combinações com a umidade, colaboram no deterioro dos registros fotográficos.

Para fins de preservação, os materiais em contato direto com as fotografias devem ser da mais alta qualidade, protegendo a imagem contra impressões digitais, dobras e abrasões. Finalmente, o fator humano responsável pela degradação do material devido ao manuseio, falta de cuidado, negligência, acidentes evitáveis, tentativas de conservação desastradas ou mal informadas e até mesmo danos intencionais. A estes exemplos devemos acrescentar os casos de superexposição causados por exposições prolongadas, perdas catastróficas devido às péssimas condições de armazenamento e à ocorrência de desastres, sem que haja um plano de emergência satisfatoriamente elaborado. Desta forma, somente o treinamento apropriado a consciência da complexidade e do valor histórico das coleções fotográficas poderão assegurar a preservação da memória visual e cultural da comunidade.

## 2.2 Descrição fotográfica

Uma boa descrição é a chave para toda coleção: faz o registro visível e acessível para o pesquisador, para o catalogador e para visitantes ocasionais. Desta forma, descrever uma fotografia é enumerar as suas características, suas qualidades, seu conteúdo e condição física, sendo necessária a utilização de normas de descrição e de linguagem controlada. Kossoy (2002, p. 29) explica a relevância de tratar estes registros

desde o momento em que passam a integrar as coleções, pois “à medida que esta se distancia da época em que foi produzida, mais difíceis as possibilidades de suas informações visuais serem resgatadas, e portanto, menos úteis serão ao conhecimento”.

Em 1999, o projeto para o Arquivo Visual Europeu (EVA), realizou um estudo visando à preservação e digitalização das coleções fotográficas europeias, onde identificou a existência de uma grande diversidade de tipos descritivos. Posteriormente, um grupo de trabalho para a catalogação e modelos descritivos da SEPIA (*Safeguarding European Photographic Images for Access*), produziu um relatório chamado de SEPIADES, com recomendações específicas para a descrição de fotografias (baseado na experiência de diferentes instituições). É constituído por um relatório de recomendações e por uma ferramenta de software, desenvolvida pelo Instituto holandês dos serviços de informação científica (NIWI). Este programa, em código de fonte aberto (*open source code*), permite uma descrição multinível, armazenamento e troca de registros em formato XML (*eXtensible Markup Language*). O XML é uma linguagem de marcação capaz de descrever diversos tipos de dados tendo como finalidade facilitar o compartilhamento de informações através da internet.

Esta descrição parte do geral para o particular, adotando níveis hierárquicos e seus respectivos campos, mais de 400 elementos sugeridos para descrever dados em fotografias, 21 elementos descritivos e recomendações sobre como usar o Dublin Core (DC) para coleções fotográficas. O DC visa promover a adoção de padrões de interoperabilidade de metadados (dados sobre outros dados) e desenvolver vocabulários especializados para descrever fontes que tornem mais inteligentes sistemas de descobrimento de informações. É uma ferramenta que oferece ampla oportunidade de uso para descrição de vários tipos de recursos envolvendo os mais variados formatos de documentos (vídeos, sons, imagens, textos e sites na web) utilizando as linguagens XML, HTML ou XHTML.

Desta forma, no SEPIADES existem cinco níveis de descrição: Instituição, Aquisição, Coleção, Grupo e Imagem (cada grupo com múltiplos subgrupos de descrição).

### **3 RESULTADOS DA PESQUISA**

Primeiramente, foi realizado um diagnóstico que determinou as características e a quantidade da documentação a ser organizada e o mapeamento dos problemas

relativos ao seu estado de conservação. Verificou-se a ausência de controle de temperatura e umidade do ar (a temperatura entre 15°C e 18°C e a umidade relativa entre 30% e 50%); o armazenamento e acondicionamento do acervo inadequado devido à falta de embalagens específicas (envelopes de papel com pH neutro ou envoltórios de poliéster ou polipropileno). Constatou-se também o manuseio inapropriado do material, isto é, o contato direto com as fotografias e negativos sem a utilização de luvas.

Foram contabilizadas mais de 15.300 fotografias e mais de 26.700 negativos. A maioria das fotografias (71%) é P&B, com medidas que variam do 8x14 ao 20x25 retratando personalidades, fatos e acontecimentos da história da instituição (eventos, aulas, inaugurações, construções, etc).

O diagnóstico retratou a seguinte situação no acervo: 13,8% das fotografias apresentam manchas ou queimaduras na emulsão; 0,35% apresentam partes rasgadas; 0,75% apresentam riscos ou dobraduras; 1,6% apresentam vestígios de cola e/ou fita adesiva; 1,6% apresentam furos ou sujidade; 1,6% apresentam leves sinais de umidade (deformação da emulsão e/ou suporte) e, 1,2% apresentam danos na emulsão (partes faltantes).

Desta forma, foi adaptado e apresentado ao NUME para apreciação, um modelo de classificação de fotografias utilizado no Museu Antropológico Diretor Pestana – MADP, da cidade de Ijuí/RS, para as características do NUME, por ser simples, flexível e dinâmico.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atuação do Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos – NUME é de extrema relevância para a preservação da memória da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Sem dúvidas, existe a crescente preocupação com a preservação do acervo por parte do Núcleo de Memória, o que tem ocasionado constantes parcerias e atividades entre a direção do órgão e funcionários, professores, discentes e voluntários.

Devido ao volume do acervo (que ocasionou diversas recontagens) e a inexistência de um laboratório de restauração não foi possível iniciar a etapa de higienização imediatamente. Somente seis meses depois do diagnóstico, com a chegada de uma estagiária do curso de Museologia da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, começou efetivamente a higienização mecânica do material com a utilização de trinchas

de cerdas macias e pó de borracha. Isto também possibilitou a criação de um banco de dados especificamente para atender às necessidades do NUME.

Esta preocupação é comum a outras instituições responsáveis pela guarda, tratamento, conservação e disponibilização de seus acervos fotográficos. Assim, as instituições que guardam estes acervos devem perceber a necessidade de estudo dos registros, desde o momento do ingresso das coleções nos acervos. Processos que possibilitam o resgate de informações pertinentes aos registros, como forma de satisfazer as necessidades informacionais dos consulentes.

## REFERÊNCIAS

ARIAS, Vivian Irene; SANTOS, Andrea Gonçalves dos. **Antropologia, arquivo e imagen**: la representación fotográfica de los pueblos indígenas del Noroeste Argentino. (Trabalho apresentado no Seminário “Quando o campo é o Arquivo). FGV: Rio de Janeiro, 2008.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

BRASIL. Diário Oficial da União. Decreto Lei nº 774, de 20 de agosto de 1969, que autoriza o funcionamento da Universidade do Rio Grande, RS, e dá outras providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=119177> Acesso em 30 de jun de 2010.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. (Coleção Ciências Sociais Passo-a-passo; v. 82)

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2006.

MUSTARDO, Peter; KENNEDY, Nora. **Preservação de fotografias**: métodos básicos para salvaguardar suas coleções. 2º ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 2001. (Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, v. 39)

NÚCLEO DE MEMÓRIA ENG. FRANCISCO MARTINS BASTOS - NUME. Histórico. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. Disponível em: <http://www2.furg.br/nucleo/nume/?s=sobreonume> Acesso em 03 de jul de 2010.

REILLY, James M. **Guia do Image Permanence Institute (IPI) para armazenamento de filmes de acetato**. 2º ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 2001. (Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, v. 40)

SONTAG, Susan. **Ensaio sobre a fotografia**. Tradução de Joaquim Paiva. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. Portaria nº 1469, de 13 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.conselho.furg.br/index.php?id=portarias/2008/agosto/index.html#> Acesso em 30 de jun de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. Resolução nº 35 do Conselho Universitário que Dispõe sobre as alterações na estrutura organizacional da Reitoria. Disponível em: <http://www.conselho.furg.br/index.php?id=delibera/consun/index.html#> Acesso em 30 de jun de 2010.